

Covas tira cargo do PFL na Mesa

Brasília — O PMDB não abre mão de indicar o 1º vice-presidente, o 1º secretário e o 1º suplente na chapa única para compor a Mesa da Assembleia Constituinte. A decisão foi acertada entre os três líderes do partido, Mário Covas (Constituinte), Fernando Henrique Cardoso (Senado), Luís Henrique (Câmara) e os dez coordenadores das maiores bancadas do partido, que se reuniram ontem por duas horas no gabinete da liderança na Câmara.

"A posição do partido está sustentada pelos critérios de proporcionalidade de sua bancada na Constituinte", justificou Mário Covas. Para ele, se o PFL não concordar em estabelecer negociações apenas em relação aos demais cargos não definidos pelo PMDB, "a saída que resta é a da disputa".

Seja qual for a posição do PFL, a mesa será eleita na quinta-feira conforme definição do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O PMDB escolhe seus representantes na quarta-feira, já estando praticamente definidos como candidatos à 1ª vice-presidência o senador Mauro Benevides (CE) e à 1ª secretaria o deputado baiano Marcelo Cordeiro. Se o PFL não concordar em compor a chapa, o PMDB poderá formá-la com a colaboração dos pequenos partidos.

O fechamento de questão em torno da 1ª secretaria foi a novidade da reunião de ontem. Desde a semana passada, o PMDB resiste em ceder ao PFL a 1ª vice-presidência, que é reivindicada pelo líder pefelista, José Lourenço, sob o argumento de que o cargo teria sido objeto de acordo com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. A 1ª secretaria poderia ser objeto de negociação com o PFL, mas o coordenador da bancada baiana, Jutahy Magalhães Júnior, chamou a atenção dos líderes para uma das funções

primordiais do cargo, que é servir de ligação entre a sociedade civil e os constituintes. Dessa forma, a secretaria passou a ser considerada privativa do PMDB.

Durante a reunião, Covas encaminhou aos coordenadores de bancadas uma proposta de composição para sete das nove comissões constitucionais. Ficaram de fora as comissões de Sistematização e Ordem Econômica, que registraram um excesso de 50% em número de candidatos. "Nessas sete outras comissões, conseguimos casar cargos com preferências pessoais", disse Covas, que prevê para hoje a expedição de comunicados a cada um dos parlamentares com lugar garantido nas comissões. É o caso, por exemplo, do deputado Antônio Brito (RS), que se lançou ontem candidato a relator da comissão de Temática Urbana e de Transportes.

Prazos

Embora ainda não se tenha estabelecido um critério para indicação dos candidatos excedentes, o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, defende o remanejamento desses parlamentares para comissões ainda incompletas, assegurando-se a cada um deles a condição de suplentes na comissão originalmente requisitada. Tais critérios serão definidos até quinta-feira, quando começa a correr o prazo de 48 horas, após a eleição da Mesa, para que as comissões sejam instaladas.

Como o tempo é curto, a liderança do PMDB pensa em utilizar um artifício jurídico para ganhar dois dias além do que determina o regimento. A idéia é considerar as 48 horas como horas úteis, o que ampliaria o prazo até meados da próxima semana. Desta forma, as comissões estarão definidas na terça-feira, 31, e seus presidentes a funcionar efetivamente no dia seguinte.

Quanto à distribuição de cargos de relatores e presidentes, Mário Covas tem insistido para que os pequenos partidos consigam também se representar. Ontem ele obteve o apoio dos coordenadores de bancada para a tese e chegou-se a discutir a conveniência de indicar o deputado paulista Plínio de Arruda Sampaio (PT) para relator da subcomissão de Poder Judiciário e Ministério Público. Outras concessões poderão ser feitas dentro do universo de 132 cargos de presidentes, vice-presidentes e relatores das nove comissões e 24 subcomissões.

"O que não pode ser aceito, por antiregimental, é a concentração de representantes destes partidos em determinadas comissões", esclareceu o senador Fernando Henrique Cardoso, anulando as pretensões do PT a concentrar seus membros em comissões temáticas de maior interesse do partido, como as subcomissões de Direitos dos Trabalhadores e de Defesa do Estado, da Sociedade e sua Segurança.

O Senador Mário Covas decidiu também delegar às bancadas a escolha de parte substancial do colégio de vice-líderes que a acompanhará na Constituinte.

"Amanhã (hoje) vou escolher cinco auxiliares que começarão a trabalhar imediatamente e o restante fica por conta da bancada", afirmou. A tendência é de que as bancadas não sigam o critério regimental de determinar um vice-líder para cada oito constituintes. Por solicitação de Covas, que acha desnecessário um colégio de 37 vice-líderes, as bancadas trabalham para escolher um vice-líder para cada 12 parlamentares, o que resultará num colégio de 30 constituintes, encarregados de acompanhar 24 comissões e o plenário.

Lourenço vai lutar pelo acordo

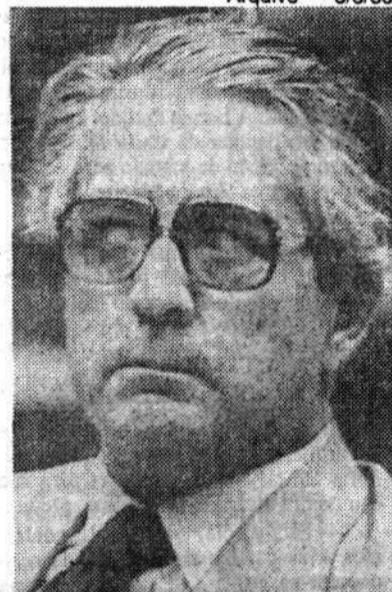
Arquivo — 5/3/83

Brasília — O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, disse que o PMDB vai fazer uma Constituinte no plenário e o PFL fará outra no auditório Nereu Ramos, caso não seja respeitado o acordo de composição da mesa firmado com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Ao tomar conhecimento da decisão do PMDB de tornar cativos os cargos de 1º-vice-presidente, 1ª-secretaria e 1ª suplência, José Lourenço pediu uma audiência com Ulysses Guimarães. "Para discutir o precário clima de relacionamento em que vivemos", explicou. Às 17h30min, o deputado, acompanhado do líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli, chegou à casa do presidente do PMDB, na Península dos Ministros, onde estiveram antes os líderes do partido no Congresso e na Constituinte.

Desafio

Lourenço prometeu desafiar "a arrogância do PMDB", retirando o PFL da Constituinte. "Não vamos acompanhar eleição nenhuma", disse, "e queremos do PMDB seriedade para cumprir os acordos que faz". O deputado reivindica para o PFL a 1ª-vice-presidência e a 2ª-



José Lourenço

secretaria da mesa, o que faria parte de um acordo firmado entre ele, o líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no início da semana passada.

Premiado pelo prazo demasiadamente curto para a composição da mesa e com a decisão do PMDB de não colocar em negociação a 1ª-secretaria e a 1ª-suplência, o PFL faz o que pode para conseguir vantagens. Pressionadas pelas bases, as lideranças do PMDB romperam o acordo, enquanto José Lourenço levava o partido na quinta-feira a fechar questão em torno dos cargos reivindicados. Sem um novo entendimento, o PFL corre o risco de começar a semana caminhando para um confronto.

Mais negociação

Um confronto deste não interessa, pois é a mesma coisa que o Madureira jogar com o Flamengo. A chance de vitória do Madureira é uma em dez, afirmou um deputado do PFL, com cargo de direção no partido. Para ele, a manobra de José Lourenço interessa apenas enquanto o PFL tiver condições de trocar a 1ª-vice-presidência por alguma coisa de qualidade, como cargos de relator e presidente em comissões temáticas relevantes na Constituinte. O deputado admite, no entanto, que o tempo é cada vez mais curto e o PMDB está cada vez mais decidido. Portanto, acredita ser chegada a hora de começar a negociação.

Sarney pede definição do mandato

Brasília — O presidente José Sarney disse, ao desembarcar na base aérea de Brasília, que quer uma definição do PMDB e do PFL quanto à duração de seu mandato, afirmando que "do ponto de vista interno e externo, o Brasil não pode ficar nessa indecisão". "Eu não estou pedindo pressa, o que estou querendo é uma definição dos partidos que me apóiam", frisou.

Afirmou não ter preferência quanto ao período de duração de seu mandato, "até mesmo porque eu não tenho nenhuma ambição de poder." E completou: "Eu acho que a gente exerce um cargo público cumprindo com o seu dever e é isso que eu estou procurando fazer desde que assumi o cargo".

Espírito público

Falando pausadamente e demonstrando bom humor, ainda na pista da base aérea, o presidente não quis comentar o noticiário segundo o qual a eleição do senador Mário Covas como líder do PMDB na Constituinte havia deflagrado o processo sucessório.

"Eu acho que esse é um problema que eu não tenho muito a comentar. A questão do meu mandato e da sucessão é um problema dos partidos que me apóiam", disse.

Declarou que cumprirá seu mandato, seja de que período for, "com o mesmo espírito público que tenho procurado imprimir em minhas ações". Sarney acha que esta é uma questão, inclusive, que não deve ocupar muito espaço da Constituinte, "que tem uma missão histórica a cumprir e não pode se perder em assunto circunstancial como este, mesmo porque o tema só será discutido quando forem votadas as disposições transitórias da futura Constituição", disse.